



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
OITAVA CÂMARA

Processo nº.: 13502.000331/2001-20  
Recurso nº.: 128.691  
Matéria : IRPJ – Exs.: de 1998 a 2000  
Recorrente : CATA NORDESTE S/A  
Recorrida : DRJ - SALVADOR/BA  
Sessão de : 18 de abril de 2002  
Acórdão nº.: 108-06.936

**IRPJ– INCONSTITUCIONALIDADE:** Não cabe a este Conselho negar vigência a lei ingressada regularmente no mundo jurídico, atribuição reservada exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, em pronunciamento final e definitivo.

**MULTA POR FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVA:** A falta de recolhimento do Imposto de Renda calculado por estimativa com base na receita bruta, sujeita a contribuinte à imposição da multa prevista no art. 44 § 1º inciso IV da Lei nº 9.430/96.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por CATA NORDESTE S/A,

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

NELSON LOSSO FILHO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 24 JUN 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA (Suplente convocada) e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.

Processo nº : 13502.000331/2001-20

Acórdão nº : 108-06.936

Recurso nº : 128.691

Recorrente : CATA NORDESTE S/A.

## RELATÓRIO

Contra a empresa Cata Nordeste S/A, foi lavrado auto de infração do IRPJ, fls. 04/14, por ter a fiscalização constatado a seguinte irregularidade, descrita às fls. 06, nos anos de 1997 a 1999, ainda em litígio após a exoneração efetuada na decisão de primeira instância:

"2- Falta de recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, incidente sobre a base de cálculo estimada em função da receita bruta e acréscimos e/ou balanços de suspensão ou redução, conforme valores da Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica – IRPJ/98 (ANO BASE 1997/EXERCÍCIO 1998), Número da Declaração – ND=4.003.675 (07/07/00); na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/1999 (ANO BASE 1998/EXERCÍCIO 1999), Número da Declaração – ND=0.847.202 (28/10/99). na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/2000 (ANO BASE 1999/EXERCÍCIO 2000), Número da Declaração – ND=1.034.718 (25/08/00); e DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DA CSLL (ESTIMATIVAS MENSAIS), calculado de ofício a partir da base de cálculo estimada declarada pelo contribuinte, glosados os incentivos SUDENE; e Termo de Verificação Fiscal, lavrado na mesma data do presente Auto de Infração, sendo partes integrantes do mesmo.

A falta do recolhimento do imposto mensal, calculado com base nas regras da estimativa, ou do apurado com base em balanços ou balancetes mensais de redução, ainda que a pessoa jurídica venha a apurar prejuízo no balanço encerrado em 31/12 do ano-calendário, ou na data de encerramento de suas atividades, sujeitará a pessoa jurídica à multa de 75% (setenta e cinco por cento) aplicada isoladamente,

OP  
GAL

Processo nº. : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº. : 108-06.936

calculada sobre o montante das parcelas do imposto não recolhido ou da insuficiência apurada."

Inconformada com a exigência, apresentou a autuada impugnação protocolizada em 31/05/2001, em cujo arrazoado de fls. 322/360, alega em apertada síntese o seguinte:

1- a multa de 75%, calculada sobre o imposto de renda relativo aos pagamentos mensais estimados que deixaram de ser efetuados, implica em dupla incidência sobre uma mesma base de cálculo e na desvirtuação do contido no art. 44 §, 1º, IV da Lei nº 9.430/96. Ou se exige a multa sobre os pagamentos mensais estimados que deixaram de ser efetivados, ou sobre o imposto calculado com base no resultado do exercício.

Em 20 de setembro de 2001, foi prolatado o Acórdão nº 089, da DRJ em Salvador, fls. 472/483, que julgou procedente em parte o lançamento, expressando seu entendimento por meio da seguinte ementa:

**"DECLARAÇÃO RETIFICADORA. ESPONTANEIDADE.**

*Passados mais de sessenta dias sem qualquer ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos, o contribuinte readquire a espontaneidade, devendo ser admitidas as declarações retificadoras apresentadas no período.*

**NULIDADE. PERDA DE ISENÇÃO SUDENE. INOBSERVÂNCIA DE REQUISITO OBRIGATÓRIO. DESNECESSIDADE DE ATO DECLARATÓRIO.**

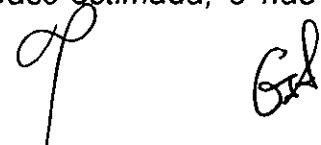
*A isenção sobre o lucro da exploração, concedida pela Sudene, não necessita de ato declaratório da autoridade competente para sua suspensão, devendo ser examinado o mérito no processo relativo ao lançamento tributário.*

**ISENÇÃO SUDENE. TERMO INICIAL.**

*Nos casos de isenção com base no lucro da exploração, em função de projetos de modernização, ampliação e diversificação, o termo inicial é o período de apuração no qual o projeto tenha entrado em operação.*

**MULTA DE OFÍCIO ISOLADA. BASE ESTIMADA.**

*Cabível o lançamento da multa de ofício isolada quando constatado que o contribuinte deixou de efetuar o recolhimento obrigatório do imposto de renda, sobre a base estimada, e não*



Processo nº. : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº. : 108-06.936

*existe balanço ou balancete de suspensão de pagamento do imposto, devendo ser retirado da base de cálculo os efeitos das receitas incentivadas pela isenção com base no lucro da exploração.*

*Lançamento Procedente em Parte.”*

Cientificada em 24/10/2001, AR de fls. 486, e novamente irresignada com a decisão de primeira instância, apresenta seu recurso voluntário protocolizado em 22/11/2001, em cujo arrazoado de fls. 487/497 repisa os mesmos argumentos expendidos na peça impugnatória, agregando ainda que:

1- o art. 2º da Lei nº 9.430/96, que trata do pagamento do imposto de renda sobre a base estimada, ao utilizar-se das expressões “forma de pagamento do imposto e “saldo do imposto a pagar, evidencia a natureza jurídica dos pagamentos mensais, que são mera antecipação do imposto constatado ao final do exercício, devendo haver encontro de contas dos valores pagos mensalmente e aquele apurado ao final do exercício, para fins de recolhimento da exação efetivamente devida;

2- a exigência exclusiva do imposto de renda com base em percentuais aplicados sobre a receita bruta auferida mensalmente, implica em ofensa à base de cálculo constitucional do tributo, ferindo o conceito de renda estampado no art. 43 do CTN;

3- não havendo que se recolher valores mensais com base na receita bruta, inexiste o descumprimento ao artigo 44 § 1º IV da Lei nº 9.430/96, que se afigura incompatível com as demais normas do direito positivo em vigor;

4- transcreve ementas deste Conselho para reforçar seu entendimento.

É o Relatório.



Processo nº. : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº. : 108-06.936

## V O T O

Conselheiro NELSON LÓSSO FILHO, Relator

O recurso é tempestivo e dotado dos pressupostos para sua admissibilidade, pelo que dele tomo conhecimento.

À vista do contido no processo, constata-se que a contribuinte, científica da Acórdão da DRJ em Salvador, apresentou seu recurso arrolando bens, conforme despacho de fls. 508/509, entendendo a autoridade local restar cumprido o que determina o § 3º, art. 33 do Decreto nº 70.235/72 e Medida Provisória nº 1.973-63, de 29/06/2000.

A matéria em litígio diz respeito apenas a exigência da multa isolada de 75% pela falta de recolhimento de estimativas, prevista no art. 44 § 1º IV da Lei nº 9.430/96.

Este dispositivo legal está assim redigido:

*Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:*

*(....)*

*IV - isoladamente, no caso de pessoa jurídica sujeita ao pagamento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, na forma do art. 2º, que deixar de fazê-lo, ainda que tenha apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente;*

*(....)*

*OP*

*GL*

Processo nº : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº : 108-06.936

Por sua vez o artigo segundo trata do recolhimento por estimativa, "in verbis":

*Art. 2º. A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente, dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30 a 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.*

(.....)

A recorrente, optante pela tributação do imposto de renda pelo lucro real anual nos anos de 1987 a 1999, conforme comprova as DIRPJ de fls. 27/158, não efetuando recolhimento com base na estimativa e não apurando prejuízos por meio de balanço ou balancete de suspensão que pudessem justificar a falta de tal pagamento, como facultavam as disposições contidas na IN SRF 93/97, fica sujeita à imposição da multa de ofício de 75%, estando perfeitamente caracterizada a situação prevista no art. 44 § 1º IV da Lei nº 9.430/96, supra citado.

O referido enquadramento legal determina a imposição de penalidade quando a contribuinte, sujeita a tributação pelo lucro real e optante pelo pagamento mensal do impostos com base no valor estimado, deixa de fazê-lo. Assim, apesar de definida a base de cálculo do imposto após a entrega da declaração de rendimentos, mesmo quando apurado prejuízo fiscal no período, deve ser efetuado o lançamento da multa isolada em relação às parcelas estimadas não pagas.

As alegações de inconstitucionalidades apresentadas pela recorrente, não podem aqui ser analisadas, porque não cabe a este Conselho discutir validade de lei.

Tenho firmado entendimento em diversos julgados nesta Câmara, que, regra geral, falece competência a este Tribunal Administrativo para, em caráter

Processo nº. : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº. : 108-06.936

original, negar eficácia a lei ingressada regularmente no mundo jurídico, porque, pela relevância da matéria, no nosso ordenamento jurídico tal atribuição é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, com grau de definitividade, conforme arts. 97 e 102 III, da Constituição Federal, "verbis":

*"Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público*

*Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*

---

*III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:*

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;*
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;*
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição."*

Conclui-se que mesmo as declarações de inconstitucionalidade proferidas por juizes de instâncias inferiores não são definitivas, devendo ser submetidas a revisão.

Em alguns casos, quando existe decisão definitiva da mais alta corte deste país, vejo que o exame aprofundado de certa matéria não tem o condão de exorbitar a competência deste colegiado e sim poupar o Poder Judiciário de pronunciados repetitivos sobre matéria com orientação definitiva, em homenagem aos princípios da economia processual e celeridade.

É neste sentido que conclui o Parecer PGFN/CRF nº 439/96, de 02 de abril de 1996, por pertinente, transcrevo:

*"17. Os Conselhos de Contribuintes, ao decidirem com base em precedentes judiciais, estão se louvando em fonte de direito ao alcance de qualquer autoridade instada a interpretar e aplicar a lei a casos concretos. Não estão estendendo decisão judicial, mas outorgando um provimento específico, inspirado naquela.*

---

Processo nº : 13502.000331/2001-20  
Acórdão nº : 108-06.936

32. *Não obstante, é mister que a competência julgadora dos Conselhos de Contribuintes seja exercida – como vem sendo até aqui – com cautela, pois a constitucionalidade das leis sempre deve ser presumida. Portanto, apenas quando pacificada, acima de toda dúvida, a jurisprudência, pelo pronunciamento final e definitivo do STF, é que haverá ela de merecer a consideração da instância administrativa.” (grifo nosso)*

Com base nestas orientações foi expedido o Decreto nº 2.346/97 que determina o seguinte:

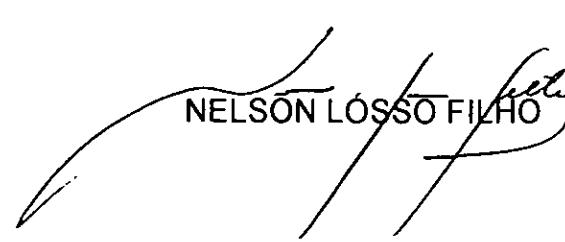
*“As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem, de forma inequívoca e definitiva, interpretação do texto constitucional deverão ser uniformemente observadas pela Administração Pública Federal direta e indireta, obedecidos aos procedimentos estabelecidos neste Decreto.*

*§ 1º - Transitada em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia “ex tunc”, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não mais for suscetível de revisão administrativa ou judicial” (grifo nosso)*

Do exposto acima, concluo, com certeza, que regra geral não cabe a este Tribunal Administrativo manifestar-se a respeito de inconstitucionalidade de norma, apenas quando exista decisão definitiva em matéria apreciada pelo Supremo Tribunal Federal é que esta possibilidade pode ocorrer, o que não é o caso em questão.

Pelos fundamentos expostos, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões (DF), em 18 de abril de 2002.

  
NELSON LÔSSIO FILHO

  
G.L.